

## A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

<sup>1</sup>MELO, Silvia Maria Lourenço de

RU: 1628242

<sup>2</sup>PALOMA, Michely Isber Ruiz

### RESUMO

O presente artigo apresenta resultados de uma pesquisa sobre a importância da inclusão escolar na educação infantil. O estudo em questão exigiu conhecimentos relevantes á forma de como esse assunto vem sendo trabalhado em sala de aula. A escolha do tema decorre de questões levantadas ao longo da formação acadêmica na graduação no curso de Licenciatura em Educação Especial e consiste em provocar no aluno situações de aprendizado sobre a inclusão escolar. Este estudo tem como base uma pesquisa bibliográfica que visa alcançar os objetivos que foram propostos e foi feita mediante uma leitura sistemática, com fichamento de cada obra, de modo a ressaltar os pontos pertinentes ao assunto em estudo abordado pelos autores, desta forma, estabelecendo uma conexão que possibilita uma melhor compreensão. O objetivo geral do assunto em questão é analisar a importância da inclusão escolar na educação infantil e os objetivos específicos são: explicar a inclusão escolar na educação infantil; identificar a educação infantil e apontar as práticas educacionais na inclusão escolar. Sendo que, o problema de pesquisa questiona: Qual a Importância da Inclusão escolar na Educação Infantil? O estudo foi muito importante e significativo enriquecendo meus conhecimentos e serviu também para compreendermos e aprendermos com a diversidade humana.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Especial. Educação Infantil. Inclusão Escolar. Professor.

### 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, os estudos contemporâneos apontam novas aberturas para a discussão sobre a importância da inclusão escolar na educação infantil. O tema pesquisado decorre de questões levantadas ao longo da formação acadêmica na graduação no curso de Licenciatura em Educação Especial. O presente artigo consiste em provocar no aluno situações de aprendizado sobre o sistema educacional através da Inclusão escolar, o ensino e aprendizagem pode ser

---

<sup>1</sup> Aluna do Curso: Licenciatura em Educação Especial-do Centro Universitário Internacional UNINTER.

<sup>2</sup> Orientadora do Centro Universitário Internacional UNINTER.

dinamizado e expandido, muito além do ambiente escolar, a pesquisa se constitui como um dos princípios científicos e educativos mais significativos para construção do conhecimento, sendo indispensável à formação do futuro docente.

Nesse sentido, a inclusão escolar tem mostrado transformações fundamentais às teorias e as práticas que tem como foco o aluno ideal, chamado à responsabilidade os profissionais comprometidos com a educação de qualidade para todos e com todos, independentemente da natureza de suas diferenças individuais.

A educação inclusiva constitui-se, portanto, como uma proposta pedagógica que assegura recursos e serviços para apoiar, complementar, suplementar e/ ou substituir serviços educacionais comuns. Realiza-se transversalmente em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para assegurar aos alunos com necessidades educacionais especiais as condições para ter acesso à escola permanecer nela, assim como para desenvolver todas as suas potencialidades.

Entretanto, a partir dessa contextualização afirma-se que esta pesquisa tem como problema: Qual a Importância da Inclusão escolar na Educação Infantil? O tema em questão será abordado em três capítulos: um breve histórico sobre a educação inclusiva. Sendo que o primeiro capítulo: A Educação Infantil na Inclusão Escolar e faz-se uma análise histórica acerca da educação, perpassando pela antiguidade até os dias atuais.

O segundo capítulo vem apresentar O papel do professor na inclusão escolar, o mesmo vem debater o conceito de Educação Infantil e disponibilizar para que se ampliem as práticas educativas.

O terceiro e último capítulo aborda, de forma breve, Como Trabalhar a Educação Inclusiva na Educação Infantil?

## **2 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Alguns fatores foram essenciais para a implantação da educação inclusiva, dentre os quais pode-se citar os avanços das ciências, principalmente na área da medicina, psicologia e filosofia. Estas foram fundamentais para efetivar as teorias de que o indivíduo que apresenta algum tipo de necessidade especial pode adquirir conhecimentos e ascender socialmente. Segundo Ziliotto (2007, p.41):

Os avanços dos estudos científicos no século XX oportunizaram um interesse crescente na área da educação especial, enfocando o caráter clínico e a reabilitação, ressaltando a patologia e os padrões classificatórios. Acentuaram-se o desenvolvimento de equipamentos biomédicos e a realização de cirurgias, na busca incessante de corrigir o defeito e na tentativa de aproximar os indivíduos com necessidades especiais da padronização imposta pela sociedade.

Observou-se que, com médicos e pedagogos que, desafiando os conceitos vigentes na época, acreditaram nas possibilidades de indivíduos até então considerados ineducáveis. Centrados no aspecto pedagógico, numa sociedade em que a educação formal era direito de poucos, esses precursores desenvolveram seus trabalhos em bases tutoriais, sendo eles próprios os professores de seus pupilos.

Em 1961 o atendimento a portadores de necessidades especiais passou a ser assegurado na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61, que garantiu a educação dos “Excepcionais” de preferência no sistema geral de ensino. Nesse período, o atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais era feito em salas especiais, separadas das classes regulares. (MAZZOTTA, 2005, P.43).

Nesse sentido, percebendo a importância da pedagogia e também o quanto poderia ser prejudicial segregar as crianças mais comprometidas com adultos com diagnóstico de doença mental, médicos criaram instituições escolares em salas anexas aos hospitais psiquiátricos. Embora esses pavilhões tivessem continuado com a segregação dos deficientes, havia a tentativa de ir além do atendimento médico e alcançar a educação.

A atual lei de diretrizes nº. 9394/96 art. 59: enfatiza que o sistema de ensino deve assegurar aos alunos, currículos, métodos, recursos e organização específicos para atender as suas necessidades. Na mesma é garantido um ensino que atenda a diversidade existente na escola. Sendo assim, se o aluno possui algum tipo de necessidade educativa especial, e que a mesma influencie na sua aprendizagem, as instituições de ensino juntamente com seus professores devem diversificar sua forma de ensinar. Mas para isso, é necessário que tanto a instituição, quanto os professores, estejam preparados para prestar um atendimento de qualidade a essa clientela. (BARBOSA, 2010, p.6).

Observou-se que, a presença desse artigo é muito importante, pois implica que o direito das pessoas com deficiência à educação será preservado nos demais documentos oficiais que correspondem ou estão subordinados à Constituição. Além disso, garante que as ações implementadas para garantir tal direito deverão ser mantidas, apesar de mandatos eleitorais.

Essa não é uma tarefa fácil, pois se formos observar desde que a inclusão passou a ser vivenciada nas escolas, o que se tem percebido são dificuldades geradas por falta de material de apoio, professores que não têm formação especializada e o aluno acaba sendo prejudicado por tudo isso. Salienta-se que essa realidade é observada desde o início do processo de inclusão educacional, porém, não é por falta de leis que asseguram um atendimento de qualidade, pois, conforme se pode observar, ao elaborar um histórico sobre a Educação especial no Brasil, Fación (2008, p.54) afirma:

Encontramos referências à inclusão nas políticas educacionais atuais e em documentos legais, como a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (1996) e nas Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001), com a finalidade de garantir o direito de todos ao ensino, inclusive aos “portadores de deficiência”, preferencialmente na rede regular.

De acordo com o autor, a formulação teórica acerca da legislação aplicada no sistema educacional brasileiro, tem como referência documentos de organismos políticos, sociais e educacionais mundiais, tais como: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Conferência Mundial de Educação para Todos, de Jontiem (1990) e a Conferência Mundial sobre Educação Especial de Salamanca (1994). Vale salientar que, os documentos utilizados na fundamentação da política de inclusão educacional são referências não somente para pessoas que apresentam necessidades educacionais de aprendizagem, mas para a humanidade como um todo, pois foi a partir da elaboração destes documentos que o indivíduo adquiriu conquistas que melhoraram satisfatoriamente sua qualidade de vida.

No entanto, é preciso frisar que são várias as Leis e Decretos foram criados para legitimar a educação no contexto da política da inclusão, salienta-se, porém, que somente o suporte teórico não garantirá modificações no atual paradigma educacional. Para que se observe na prática o que está assegurado em leis e decretos, é preciso que haja mudanças nas concepções sociais, que seja construído novos currículos, que cursos de formação específica sejam oferecidos aos profissionais da educação e que cada envolvido cumpra seu papel enquanto formador. Somente assim, poderemos construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde a diversidade seja um elemento decisivo na tomada de atitudes em busca de uma inclusão de fato.

A busca por uma sociedade igualitária, por um mundo em que os homens gozem de liberdade de expressão e de crença e possam desfrutar da condição de viverem a salvo do temor e da necessidade, por um mundo em que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os seres humanos e da igualdade de seus direitos inalienáveis é o fundamento da autonomia, da justiça e da paz mundial, originou a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que representa um movimento internacional do qual o Brasil é signatário. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS).

Assim, pode-se dizer que por meio do decreto são reafirmados os conteúdos das leis anteriores; é garantida a matrícula compulsória no ensino regular para pessoas com deficiência; a educação especial é incluída no sistema educacional como modalidade da educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e modalidades de ensino; as escolas ou instituições especializadas públicas e privadas são inseridas no sistema educacional; a educação especial é caracterizada como processo flexível, dinâmico e individualizado.

Vale ressaltar ainda que, no que tange a educação, a Declaração dos Direitos Humanos, no Artigo 26º assegura que:

1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.
2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.
3. Aos pais pertence à prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos.

Nota-se que, na mesma Declaração ficou estabelecido que os Estados devem assegurar que a educação das pessoas com deficiência faça parte integrante do sistema educativo, e que esta seja notada com satisfação o envolvimento crescente dos governos, dos grupos de pressão, dos grupos comunitários e de pais, e, em particular, das organizações de pessoas com deficiência, na procura da promoção do acesso à educação para a maioria dos que apresentam necessidades especiais e que ainda não foram por ela abrangidos.

### 3 A EDUCAÇÃO INFANTIL NA INCLUSÃO ESCOLAR

O sucesso da inclusão escolar não depende apenas de professores dedicados, competentes e com vontade de implementar mudanças em sala de aula para atender às necessidades educacionais especiais de seus alunos. Entre outros fatores, a inclusão escolar bem-sucedida é fruto do trabalho de profissionais e de outras pessoas importantes na vida do aluno que, juntos, irão desenvolver e implementar estratégias visando a construção de uma escola democrática, na qual são oferecidas oportunidades para todos os alunos desenvolverem suas habilidades e, conseqüentemente, permanecerem na escola.

No século XX, o número de creches e Jardim começa a crescer, regulamentado a mão de obra feminina as próprias empresas, precisaram montar creches para atender os filhos de funcionárias enquanto elas estivessem trabalhando. E quem frequentava as creches eram crianças com a situação econômica menos favorável, enquanto a classe alta ocupava os jardins de infância (DECHINI; FERREIRA; SILVA, 2013).

Atualmente é muito comum ouvirmos discursos políticos, vemos campanhas publicitárias e acompanharmos ações de organizações não governamentais que têm como tema principal a inclusão social de grupos que historicamente foram excluídos da nossa sociedade. Vivemos um momento de luta pela igualdade de direitos e pela equiparação de oportunidade para todos. Na área da educação, esse movimento foi traduzido como inclusão escolar e hoje faz parte do cotidiano de todos aqueles envolvidos direta ou indiretamente com as questões educacionais.

Principalmente a partir da década de 1990, o movimento de inclusão escolar passou a ser amplamente disseminado não apenas com base na questão sobre como realizar intervenções diretamente voltadas para as pessoas com necessidades educacionais especiais, mas, principalmente, sobre como a sociedade pode ser reestruturada de modo a permitir a participação plena dessas pessoas. Segundo ARANHA (1973; p.2):

“a ideia de inclusão se fundamenta em uma filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade. Isto significa garantia de acesso de todos, a todas as oportunidades, independente das peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social”.

Observou-se que, a educação infantil na inclusão escolar toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; e toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas.

Para que os referidos princípios sejam implementados, de acordo com a Declaração de Salamanca, os governos deveriam tomar, entre outras, as seguintes providências: Priorizar o desenvolvimento dos sistemas educativos com o objetivo de incluir todas as crianças, independentemente de suas especificidades individuais; Adotar o princípio da educação inclusiva; Adaptar as escolas para que as mesmas sejam capazes de oferecer educação de qualidade para todas as crianças.

Para tanto, a declaração contém orientações para que ações sejam desenvolvidas em âmbito regional, nacional e internacional. As orientações a serem desenvolvidas nacionalmente referem-se aos seguintes aspectos: política e organização; fatores relativos à escola; recrutamento e treinamento de educadores; serviços externos e apoio; áreas prioritárias; perspectivas comunitárias; requerimentos relativos a recursos.

Entendeu-se que, a inclusão é uma filosofia segundo a qual alunos, familiares, educadores e membros da comunidade unem-se para criar escolas cuja base é a aceitação, a luta pelo direito de ocupar o seu lugar na escola e a colaboração entre os envolvidos.

A inclusão escolar não deve ser considerada como um movimento isolado e de forma descontextualizada. Na verdade, a inclusão escolar constitui-se como: uma proposta da aplicação prática ao campo da educação de um movimento mundial, denominado inclusão social, que implicaria a construção de um processo bilateral no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, efetivar a equiparação de oportunidades para todos, construindo uma sociedade democrática na qual todos conquistariam sua cidadania, na qual a diversidade seria respeitada e haveria aceitação e reconhecimento político das diferenças.

Trabalhar a inclusão na Educação Infantil é muito importante para que a criança se adapte ao ambiente escolar e possa dar sequência aos seus estudos no Ensino Fundamental sem maiores dificuldades. Para isso, gestores, educadores e toda a equipe pedagógica precisam estar engajados e preparados para oferecer todo o suporte e atenção que as crianças precisam. Aqui, tendo em vista os conceitos de Souza e Prieto (2002), Aranha (1973) e Oliveira (2001), entendemos

como “saberes” o conjunto de conhecimentos e experiências adquiridos pelos docentes no contexto de sua vida pessoal e profissional, durante sua formação acadêmica, trajetória profissional e aplicação de práticas pedagógicas, constituindo assim a identidade de professor.

O processo de inclusão deve ser compartilhado em vários segmentos sociais não ficando apenas no encargo da escola, ou do professor. Assim, torna-se fundamental à participação de diferentes segmentos na implantação dos direitos assegurados em lei para que os benefícios na política da inclusão educacional possam ser efetivados.

Entretanto, ao observar os resultados obtidos com a integração escolar, os quais inclusive podem ser observados até nos dias de hoje, podemos concluir que na integração escolar a responsabilidade em que se adequar à sala de aula e obter ganhos acadêmicos era do aluno. Dessa forma, cabia ao aluno desenvolver formas para socializar-se com os demais colegas, compreender os conteúdos transmitidos pelo professor, conseguir cumprir as atividades propostas e também apresentar comportamentos adequados. A inclusão escolar: Prevê a reestruturação do sistema educacional; Reformulação dos currículos, das formas de avaliação, formação dos professores e da política educacional; Intensificação na prestação atendimento na classe comum da escola regular.

Do direito à educação Art.27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo longo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

A Lei Brasileira de Inclusão (ou Estatuto da Pessoa com Deficiência), que entrou em vigor em 2016, tem um valor especial. Ela é a adaptação da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU à legislação brasileira e trata da acessibilidade e da inclusão em diferentes aspectos da sociedade. A LBI é uma vitória para nossa legislação e trouxe vários avanços, garantindo que os direitos das pessoas com deficiência sejam respeitados.



Observou-se que, a educação inclusiva é o conjunto de princípios e procedimentos implementados pelos sistemas de ensino para adequar a realidade das escolas à realidade do alunado que, por sua vez, deve representar toda a diversidade humana. Nenhum tipo de aluno poderá ser rejeitado pelas escolas. As escolas passam a ser chamadas inclusivas no momento em que decidem aprender com os alunos o que deve ser eliminado, modificado, substituído ou acrescentado no sistema escolar para que ele se torne totalmente acessível. Isto permite que cada aluno possa aprender mediante seu estilo de aprendizagem e com o uso de todas as suas inteligências.

Portanto, a escola inclusiva percebe o aluno como um ser único e ajuda-o a aprender como uma pessoa por inteiro, a inclusão é um conceito definido por educadores de todas as partes do mundo. Atualmente, é difícil encontrar quem se oponha publicamente ao convívio de crianças com algum tipo de deficiência com outras de sua idade, tanto para o desenvolvimento social e educacional como para diminuir o preconceito. Porém, no Brasil, a realidade da rede pública de ensino ainda é de salas superlotadas, baixos salários, má formação dos professores, projetos pedagógicos ultrapassados e estrutura precária, o que dificulta a aprendizagem de qualquer criança.

#### **4 O PAPEL DO PROFESSOR NA INCLUSÃO ESCOLAR**

O ensino colaborativo é a colaboração entre professores da classe comum e professores de educação especial, por meio da qual ambos partilham responsabilidades envolvidas com o processo de ensino e aprendizagem dos alunos de uma sala de aula. Dessa forma, os dois professores trabalham juntos e desenvolvem um currículo diferenciado visando suprir as necessidades de todos os alunos. Isso quer dizer que os professores dividem o planejamento, a apresentação de conteúdos, o manejo da sala de aula e avaliação, com o objetivo de melhorar o ambiente de aprendizagem.

No modelo de ensino colaborativo, os professores da educação geral e especial contribuem com suas habilidades, formações e perspectivas. Dessa forma, professores responsáveis por turmas da escola regular levam para a parceria seu conhecimento sobre o processo de ensino e aprendizagem de seus alunos e, por sua vez, o professor de educação especial colabora com seu conhecimento sobre

como flexibilizar e adequar o ensino de modo a atender as necessidades específicas apresentadas por determinados alunos da educação infantil.

Desse modo, as implicações pedagógicas da teoria referem-se às relações professor-aluno, às experiências e às tentativas do sujeito e às transmissões de valores e conhecimento da cultura em que está inserido.

O papel da escola está em fornecer o conjunto de experiências educativas necessárias à reflexão abstrata sobre a realidade, sendo um espaço para experimentar conhecimentos, integrá-los a esquemas assimilativos existentes e utilizá-los em situações teóricas e práticas, enfatizando-se a aprendizagem ativa, apoiada em materiais concretos, e a interação em trabalhos em grupos. Há o incentivo à autonomia do aluno pela busca de fontes variadas de conhecimento e não só do professor é valorizado, mas as elaborações do indivíduo ao longo de suas atividades.

Atualmente, a questão do diagnosticar objetiva identificar barreiras que estejam impedindo ou dificultando o processo educativo em suas múltiplas dimensões, identificando potencialidades e necessidades educacionais dos alunos e as condições da escola para responder a essas dificuldades.

O processo de avaliação compreende diversas etapas, objetivando confrontar dados e analisa-los sistemicamente, compreendendo o contexto escolar em parceria com o profissional que acompanha a criança, extraindo informações sobre o processo de aprendizagem do aluno, fatores e particularidades que permeiam sua modalidade de aprendizagem, bem como compreendendo a ação docente, uma vez que a aprendizagem é um processo bilateral, envolvendo os processos do ensinar e do aprender, e não mais centrada apenas na criança. Mais do que detectar, a função da avaliação é compreender o sujeito em sua totalidade, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos nas diferentes áreas de seu desenvolvimento.

Objetiva-se encontrar alternativas que auxiliem a equipe técnica da escola a discutir mudanças significativas no processo educacional, realizando adaptações pedagógicas e medidas de intervenção, incluindo ainda a participação da família e sua análise contextualizada, possibilitando a aprendizagem por parte do aluno.

O papel do professor na inclusão escolar, todos os procedimentos para adequação do planejamento, da metodologia, das estratégias, dos recursos, dos encaminhamentos e da avaliação passam pelo professor. É ele a peça-chave no cenário pedagógico. O professor que assume uma atitude mediadora pensa e age

de forma coerente para o avanço do estudante. Seu objetivo é sempre a aprendizagem do aluno, e não o ensino do currículo.

A avaliação deve ter como objetivo a revisão do planejamento do professor; portanto, deve estar a serviço da retomada da prática pedagógica.

O professor mediador acredita que seu aluno é capaz de aprender, independentemente da sua condição. Mas acredita de verdade e demonstra isso ao seu lado, sinceramente. E o fato de realmente acreditar faz com que ele crie e planeje novas formas de ensinar, objetivando a aprendizagem de fato, pois crê que ela vai acontecer. Não se trata de elaborar um planejamento para cada criança, mas sim de pensar em atividades, metodologias e estratégias diferenciadas para atender à necessidade imediata do aluno.

A inclusão, por força da lei, é uma realidade brasileira, mas a forma como vem sendo tratada em algumas escolas nem sempre considera as necessidades e os desejos das pessoas com deficiência. A aprendizagem não ocorre da mesma forma nem no mesmo tempo para todos os alunos e, por isso, posturas, metodologias, estratégias e recursos devem ser adaptados e revisitados para que a escola cumpra a sua função de fazer com que todos aprendam.

Incluir é fazer com que a pessoa com deficiência, transtorno, distúrbio ou dificuldade acentuada se sinta parte integrante do contexto em que está inserida, é construir um planejamento escolar que seja pensado para cada um e para todos, é agir, na condição de professor, em busca do sucesso do aluno, é adotar a avaliação como instrumento principal para a retomada do trabalho. Para que tudo isso possa acontecer efetivamente, também é preciso haver o investimento e o compromisso do Estado.

Promover a educação com condições apropriadas para o ser humano se desenvolver e aprender é uma tarefa complexa, e estruturar a educação escolar de pessoas surda nos reporta a ideia de que somente viabilizando um ensino inclusivo de qualidade, que responda a diversidade dos alunos sem discriminação, pode realmente ocorrer o processo de inclusão. É a partir dessa ideia, que inúmeras discussões tem se formado em torno da expectativa depositada no professor no que se refere a escolarização dos alunos com necessidades especiais. Segundo Silva (2006, p.21):

Houve-se muito o discurso que atender com eficiência a diversidade do alunado depende somente da “boa vontade do professor”, não se pode concordar com esse discurso que tende ser unilateral e inconsequente, mas

é preciso refletir mais detalhadamente a realidade atual e as proposições da legislação, afim de que se possa construir estratégias que venham a fortificar o profissional da educação no intuito de que se posicione de forma mais adequada e segura diante das mudanças da contemporaneidade. (SILVA, 2006, p.21).

Sendo assim, o professor inclusivo deve participar ativo e criticamente no processo de inovação e mudanças, a fim de realizar um processo dinâmico e flexível, que implique em ter um conjunto de elementos que intervenham na prática educativa contextualizada. Quando essa prática acontecer, o território educacional ira deixar de sofrer pressões excludentes e saberá lidar melhor com a diversidade do publico (surdo) cheio de especificidades, tornando assim, a escola como um dos possíveis espaços para o exercício de uma educação inclusiva, tendo como resposta um alunado mais participativo e apresentando um melhor desenvolvimento social, afetivo e cognitivo.

É preciso que o professor considere a inclusão como um paradigma possível, necessário e urgente, mediante a constatação da diversidade como elemento integrante da natureza humana, mas que devido carências de formação e estrutura física, sua implantação esbarra a todo o momento em praticas que privilegiam a homogeneidade.

A proposta da educação inclusiva é um grande desafio e, para ser efetivada faz-se necessário considerar que o aluno com surdez tem direito de acesso ao conhecimento como um todo, para que o mesmo possa integrar-se dentro de uma sociedade com práticas inclusivas mais justas.

Desse modo Silva (2006, p.17) assegura que:

Para que se possa assumir um posicionamento mais crítico e construtivo em relação à educação inclusiva e às modificações que se atrelam a ela, precisamos conhecer o que está sendo proposto, entender as necessidades que levaram a mudanças. Só o conhecimento proporcionará uma avaliação adequada referente aos avanços propostos pelas políticas de educação. As ideias inclusivas têm sido a alavanca para reflexões por parte de todos os envolvidos com a educação, uma vez que vêm exigindo reformulações e impulsionando a formação continuada.

Uma importante ampliação da discussão sobre os caminhos das políticas públicas para inclusão escolar seria consideração do contexto no qual se pretende uma sociedade inclusiva.

Observou-se que, a educação inclusiva neste contexto não é tarefa fácil, é de um Estado que tenha como propósito, organizar uma política pública que se empenhe na busca da universalidade, garantindo a todos os seus cidadãos as políticas que lhe cabem de direito. Neste sentido, o campo da inclusão não pode ser visto como uma síndrome, deficiência ou doença mental, deve ser concebida na prática cotidiana no trabalho educativo e não somente no discurso.

O mediador deve agir com intencionalidade: ter o objetivo de ensinar e fazer tudo o que for possível para que esse objetivo seja realmente atingido. Apenas dar aulas não demonstra intencionalidade; apenas agir com objetivos específicos ainda não é suficiente. Um professor que realmente deseja causar transformações no aluno fazê-lo aprender, modificar sua forma de pensar e agir deve ter intencionalidade. Ele precisa ir além dos objetivos traçados para aquela disciplina, naquela turma de alunos. A falta de compreensão por parte do aluno não é ignorada, pois quem tem intencionalidade procura todas as formas possíveis de ensinar determinado conteúdo, a intencionalidade move o professor a procurar metodologias mais adequadas, a inovar com a criação de exemplos, exercícios, ilustrações e explicações mais apropriadas para a criança com dificuldade de aprendizagem.

O professor precisa conquistar a vontade de aprender. Para isso, pode incentivar, elogiar, provocar, desequilibrar certezas, apresentar curiosidades, enfim, desafiar seus alunos a aprender. A reciprocidade representa a disposição do aluno a envolver-se na interação oferecida pelo professor. É quando o aluno demonstra vontade de fazer parte da interação (ou da tarefa) que o professor está propondo.

Portanto, é importante que o professor elogie mais seus alunos, incentive-os a ir em frente e alegre-se com os pequenos passos de sucesso com que ele avança. Esse clima positivo vai contribuir para que a criança não desista de imediato quando tiver de realizar alguma atividade.

## **5 COMO TRABALHAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL?**

Falar de educação inclusiva é também falar do respeito à diversidade que deve se estender se estender aos professores. Seria injusto esperar que todos reajam da mesma forma. Isso não é filosofia inclusiva. Se o aluno pode precisar de um tempo maior para aprender, o professor também precisa. Voltamos a insistir que formação técnica é importante, mas motivação, concentração e controle emocional

são fundamentais. Há poucos professores que são mediadores naturais, que tiveram pouca capacitação formal e que simplesmente parecem saber o que fazer nas situações conflituosas. A maioria dos professores não nasce sabendo, no entanto, certamente podem aprender a ter bom manejo da classe e equilíbrio emocional.

O manejo adequado da turma também é uma capacidade que precisa ser aprendida pelo professor. A escolha da metodologia, dos conteúdos e dos objetivos a serem desenvolvidos precisa ser variada. A flexibilidade organizacional implica combinar diferentes recursos, diferentes agrupamentos dentro da aula em função do objetivo que nos propusermos a cada momento.

A afetividade e carinho são a base da aprendizagem. Se o aluno não se sente querido, fazendo parte do grupo de alunos ou daquele professor, terá resistência à aprendizagem. Por isso, ponha limites e feche a cara sempre que precisar, mas não economize carinhos e sorrisos. Elogie sempre todos os alunos, não somente os com necessidades educativas especiais, nem só os que acertam a resposta, mas todos que se esforçam.

Um segundo aspecto muito relevante é preparar os colegas de turma para receber o aluno especial, destacando o respeito às diferenças e às inteligências múltiplas, a partir de atividades variadas. Para que isso seja possível, o professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto todos os alunos estão se beneficiando das ações educativas. Novos tempos, novas ideias. Segundo Mantoan (2006, p.22):

A inclusão questiona as políticas e a organização da educação especial e regular, bem como tem por objetivo não deixar “ninguém” fora do ensino regular, impulsionando as modificações na formação oferecida aos professores. Para a autora, a inclusão propõe para o sistema educacional vários desafios a serem vencidos: o reconhecimento da necessidade de uma nova maneira de entender e educar seus educacionais; ênfase na preparação continuada da equipe escolar; incentivo à formação de profissionais especializados, em graduação e pós-graduação para prestar apoio os professores generalistas; o investimento em pesquisa, por mestres e doutores, que apoiem a ação educativa.

Observou-se que, geralmente, quando o professor precisa fazer mudanças, acaba tendo problemas com a indisciplina, pois necessita mobilizar os demais alunos, e esses também vão ter que se adaptar a coisas diferentes. O professor

precisa ter o domínio da turma a ter um manejo eficiente inclusive em situações conflituosas. Se ele já não dá conta da sala antes de chegar o aluno especial, precisa se capacitar. Quando o professor é desorganizado, desmotivado, impaciente, os alunos acabam refletindo isso.

Trabalhar a educação inclusiva na educação infantil é muito importante pra que a criança se adapte ao ambiente escolar e possa dar sequência aos seus estudos no Ensino Fundamental sem maiores dificuldades. Pra isso gestores, educadores e toda a equipe pedagógica precisam estar engajados e preparados para oferecer todo o suporte e atenção que as crianças precisam.

Para trabalhar a inclusão na Educação Infantil na prática, é essencial que a equipe pedagógica faça um planejamento das atividades que são significativas pra os alunos e que promovam a integração. Também é importante considerar o ritmo de cada estudante e as suas peculiaridades, somente assim a educação será realmente inclusiva. A integração é a palavra-chave para a inclusão na Educação Infantil, por isso, nada melhor do que envolver as famílias em atividades que unem aprendizado e muita diversão. Por meio de gincanas ou jogos simbólicos, a comunidade se aproxima, as crianças começam a colaborar umas com as outras e os pequenos com necessidades especiais se sentem parte do todo, e isso é fundamental para estimulá-los dentro e fora do ambiente escolar.

A ludicidade é um tema que vem difundindo-se nas mais diferentes esferas da sociedade.

A palavra lúdico vem do latim ludus e significa brincar. No lúdico estão incluídos os jogos, brinquedos e divertimentos e é relativo também à conduta daquele que joga que brinca e que se diverte. Por sua vez, a função educativa do jogo oportuniza a aprendizagem do indivíduo, seu saber, seu conhecimento e sua compreensão do mundo. (SANTOS, 1997).

O lúdico pode ser empregado na prática pedagógica docente como colaborador da aprendizagem, possibilitando a aproximação dos alunos ao conhecimento científico. Desse modo, ele constitui-se como um instrumento valioso para o educador desenvolver habilidades funcionais diversas nos educandos como: a resolução de problemas, propiciar a assimilação de conceitos, que provavelmente esses alunos dificilmente esquecerão.

Os jogos são apontados como um tipo de recurso didático educativo que podem ser utilizados em situações diversas, tais como na apresentação de um

conteúdo, ilustração de aspectos relevantes ao conteúdo, como revisão ou síntese de conceitos importantes e avaliação de conteúdos já abordados.

Atividades que colocam os alunos em movimento, por meio de músicas, brincadeiras e cantigas populares, os educadores podem desenvolver atividades que ajudam a estimular o movimento da criança, melhorando também a socialização. Planejamento coletivo das atividades essa dica não especialmente sobre uma atividade, mas sim sobre como montar um planejamento coletivo, visando a inclusão na educação infantil.

De acordo com Mantoan (2006, p. 35):

Pensar nesta lógica aplicada à educação infantil não é diferente, mesmo em uma fase de descobertas e experimentações onde o lúdico sobrepõe a oralidade como uma estratégia eficiente de ensino dos aspectos físicos, motores, cognitivos, sociais e emocionais. Trabalhar a inclusão na educação infantil por meio de gincanas ou jogos simbólicos, a comunidade se aproxima, as crianças começam a colaborar umas com as outras e os pequenos com necessidades especiais se sentem parte do todo, e isso é fundamental para estimulá-los dentro e fora do ambiente escolar.

Foi observado que, também é relevante organizar atividades em grupos pequenos, pois este trabalho é especialmente útil quando forem introduzidos novos conceitos, sobretudo os que representam dificuldade especial. O pequeno grupo favorece que o professor possa dar uma atenção mais individualizada às dificuldades, além do que, na seleção dos elementos do grupo, o professor pode escolher os colegas para assessorar os alunos especiais. Trabalhar em grupo pode ser difícil para alguns alunos com necessidades educacionais especiais, ou porque ficam marginalizados, ou porque se apoiam excessivamente no grupo, sem chegar a ter uma participação ativa no desenvolvimento da tarefa. Para evitar essas dificuldades, é preciso que o professor tenha um papel ativo, intervindo nas ações e orientando os colegas.

É necessário também organizar atividades individuais promovendo autonomia, sendo que devem ser programadas dentro das possibilidades do aluno. Elas são válidas para fixar conceitos e realizar um acompanhamento mais pormenorizado do processo de cada aluno, comprovando o nível de compreensão alcançado e detectando em que pontos encontram dificuldades.

Outro ponto importante é a disponibilização de recursos humanos que pode facilitar muito a situação inclusiva, os quais podem variar muito conforme a



necessidade do aluno ou do professor. As escolas têm se organizado de maneiras diferentes de acordo com sua disponibilidade. De um modo geral, dispõem de:

- Um professor auxiliar em sala, que ajuda o professor e todos os alunos;
- Um professor-tutor, que fica em sala para ajudar o aluno especial;
- Reforço pedagógico em contra turno ou em sala de recurso;
- Especialistas de várias áreas com atendimentos individuais (fonoaudiólogo, fisioterapeuta, reeducador visual, psicólogo, psicopedagogo, entre outros) na escola ou fora.

No entanto, todas as atividades paralelas devem estar conscientes das adaptações feitas pela escola. O professor precisa saber o que está sendo feito pelos demais. A reabilitação só tem sentido se orienta à vida independente e à inclusão. Foi evidenciada a importância de se respeitar a subjetividades e a história de vida do professor, que enquanto profissional, caba por ter que deparar-se constantemente com suas concepções, rever seus paradigmas para ocupar papel fundamental como articulador do processo inclusivo.

## 5.1 METODOLOGIA

O artigo tem como tema: A importância da inclusão escolar na educação infantil, este estudo tem como base uma pesquisa bibliográfica e qualitativa que visa alcançar os objetivos que foram propostos e tem como subsídio teórico: ARANHA (1973); ARENDT (1978); BAUMAN (1999); BOBBIO (1997); SOUZA E PRIETO (2002); OLIVEIRA (2001); ZILLOTTO (2007); MAZZOTTA (2005); MANTOAN (2006); FACÍON (2008); JOTIEN (1990); MOSQUEIRA (2010); DECHINI, FERREIRA, SILVA (2013); PAULON (2005); LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB 96); DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948); DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (1994) E OUTROS. A revisão bibliográfica foi feita mediante uma leitura sistemática, com fichamento de cada obra, de modo a ressaltar os pontos pertinentes ao assunto em estudo abordado pelos autores, sendo que o objetivo geral desta pesquisa é analisar a importância da inclusão escolar na educação infantil, a inclusão escolar é a prática da inclusão de todos independentes de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultura- em escolar e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos

alunos são satisfeitas. Desta forma, a pesquisa estabeleceu uma melhor compreensão a respeito do assunto abordado.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer deste artigo observou-se que, a educação inclusiva, de alunos com necessidades especiais como prioridade, tal como a formação de professores, no âmbito da educação infantil, considerando as crianças da educação infantil. Sendo que o tema pesquisado é A importância da inclusão escolar na educação infantil.

Mediante disso foi analisado também as política e leis sobre a inclusão, entendendo-se como elas remetem que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo longo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Esta pesquisa foi desenvolvida utilizando o método qualitativo a partir de estudos acadêmicos no decorrer do curso de graduação em pedagogia foi feita mediante a uma revisão bibliográfica e uma leitura sistemática, com fichamento de cada obra, de modo a ressaltar os pontos pertinentes ao assunto em estudo abordado pelos autores, sendo que a inclusão escolar é a prática da inclusão de todos independentes de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultura- em escolar e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas. Desta forma, a pesquisa estabeleceu uma melhor compreensão a respeito do assunto abordado.

Diante disso a pesquisa teve como objetivo geral analisar a importância da inclusão escolar na educação infantil constata-se que o objetivo geral foi atendido porque efetivamente o trabalho conseguiu demonstrar que a educação inclusiva se configura como um desafio constante no contexto da educação brasileira. Esse desafio que deve ser compreendido como o caminho para o crescimento, não só do aluno especial, mas também de todos os que fazem parte desse processo.

O objetivo específico inicial era explicar a inclusão escolar na educação infantil ele foi atendido por conta de que o movimento de acesso dos alunos com

deficiência no ensino regular até a chamada educação inclusiva, perpassa por uma concepção de educação para todos, pautados na diversidade em relação no contexto educativo.

O segundo objetivo específico foi identificar a educação infantil e foi atendido essa meta por conta de que a educação infantil representa um marco na vida de qualquer indivíduo. Nessa etapa de escolarização a personalidade humana vai se formando, seja ele com ou sem deficiência, por isso deve ser uma garantia para todas as crianças.

O terceiro objetivo específico era apontar as práticas educacionais na inclusão escolar, o objetivo foi alcançado por conta de que as práticas educacionais desenvolvidas nesse período e que promovem a inclusão na escola regular dos alunos com deficiência (física, intelectual, visual, e etc.). A educação especial como modalidade de ensino ainda está se difundindo no contexto escolar. Para que se torne efetiva, precisarão dispor de redes de apoio que complementem o trabalho do professor.

Esse estudo procurou apenas fazer uma discussão prévia sobre a inclusão escolar que a partir dessas considerações, é possível ressaltar o papel da educação infantil dada a importância que desempenha na vida de uma criança, seja ela com ou sem necessidades educacionais. Nesse sentido as atividades desenvolvidas na escola são capazes de estimular o desenvolvimento de valores saudáveis nas interações, tais como a solidariedade, companheirismo, o coletivismo, a autonomia, etc. enfim, são inúmeras as possibilidades na escola que favorecem a formação da personalidade da criança, permitindo o seu convívio em sociedade, e em grupos que vão além do seu ambiente familiar.

Sugere-se que estudos posteriores especialmente aqueles aplicados possam se interessar por esta temática introduzindo o conhecimento como ferramenta de estudos futuros que possam embasar novas estratégias de ação, pois cada dia é um novo dia, para compreendermos e aprendermos com a diversidade humana.

## REFERÊNCIAS

- ARANHA, MARIA SALETE FABIO. **“Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência”**. Brasília, 1973.
- ARENDT, H. **O sistema totalitário**. Lisboa: Dom Quixote, 1978.
- BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BOBBIO, N. **Igualdade e liberdade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 3ª ed., 1997.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. 1948. **Declaração de Salamanca**. 1994.
- DECHINI, C.; FERREIRA, J. M. L.; SILVA, C. **Inclusão educacional e educação especial: múltiplos olhares e diversas contribuições**. Uberlândia edufu, 2013. 258 p. Disponível em <<http://www.edufu.ufu.br/catalogo/ebooks-gratuitos/inclusao-educacional-e-educacao-especial-multiplos-olhares-e-diversas>> Acesso em setembro de 2020.
- FACÍON, José Raimundo. **Inclusão escolar e suas implicações**. Curitiba: Ibpex, 2008.
- JOTIEN. **Declaração mundial sobre educação para todos**, 1990.
- LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB), **Cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino**, 1996. – 64 pg.
- MANTOAN, Maria Teresa Egler, Rosângela Gavioli Pietro; Valeria Amorim Arantes, **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos** – São Paulo: Summus, 2006. – p.103.
- MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005.
- MOSQUERA, Carlos Fernando França. **Deficiência visual na escola inclusiva**. Curitiba: Ibpex, 2010.
- OLIVEIRA, ROMUALDO PORTELA. **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal**. São Paulo: Xamã, 2021.
- PAULON, Simone Mainieri, **Educação inclusiva: documento subsidiário à política de inclusão**. Ministério da Educação Secretaria da Educação Especial. 2005.
- SOUZA, SANDRA MARIA ZÁKIA LIAN. **“Política de atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais da rede municipal de ensino de São Paulo”**, 2002.
- ZILIOOTTO, Gisele Sotta. **Educação especial e educação inclusiva**. Fundamentos psicológicos e biológicos das necessidades especiais. Curitiba: Ibpex, 2007.